



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET
Forma Integrada

Início: 2014/1

SUMÁRIO

1 – DENOMINAÇÃO	4
2 – VIGÊNCIA	4
3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	4
3.1 - APRESENTAÇÃO	4
3.2 - JUSTIFICATIVA.....	8
3.3 - OBJETIVOS	9
4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	10
5 – REGIME DE MATRÍCULA	11
6 – DURAÇÃO	11
7 – TÍTULO	12
8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	12
8.1 - PERFIL PROFISSIONAL	12
8.1.1 - <i>Competências profissionais</i>	13
8.2 - CAMPO DE ATUAÇÃO	13
9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	14
9.1 - PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	14
9.1.1 - <i>Princípios Binacionais</i>	14
9.2 - PRÁTICA PROFISSIONAL.....	16
9.2.1 - <i>Estágio profissional supervisionado</i>	17
9.2.2 - <i>Estágio não obrigatório</i>	17
9.3 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES	17
9.4 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	17
9.5 - MATRIZ CURRICULAR.....	17
9.6 - MATRIZ DE DISCIPLINAS ELETIVAS.....	18
9.7 - MATRIZ DE DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	18
9.8 - MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS	18
9.9 - MATRIZ DE DISCIPLINAS EQUIVALENTES.....	18
9.10 - MATRIZ DE COMPONENTES CURRICULARES A DISTÂNCIA	18
9.11 - DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA.....	18
9.12 - FLEXIBILIDADE CURRICULAR	18
9.13 - POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE.....	19
9.14 - POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE.....	20
9.15 - FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	21
9.16 - POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DO ESTUDANTE.....	21
10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES	23
11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	24
11.1 - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES	24
11.2 - PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO.....	25
12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO	26
13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	27
13.1 - PESSOAL DOCENTE E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.....	27
13.2 - PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	30
14 – INFRAESTRUTURA	32

14.1 – INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS OFERECIDOS AOS PROFESSORES E ESTUDANTES	33
14.2 – INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE	34
14.3 – INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS À ÁREA DO CURSO.....	34

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Informática para Internet, forma integrada ao ensino médio, do eixo tecnológico Informação e Comunicação.

2 – VIGÊNCIA

O Curso Técnico em Informática para Internet passou a vigor a partir de 2014/1.

Durante a sua vigência, este projeto está sendo avaliado com periodicidade anual pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso e informando ao Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP-UTU), com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passarão a vigor a partir de 2020/1.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 - Apresentação

O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) tem uma trajetória histórica de quase um século. Esse itinerário começou a ser percorrido no início do século XX, por meio de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense, que sediou em 07 de Julho de 1917 - data do aniversário da cidade de Pelotas - a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios.

No ano de 1940, ocorre a extinção desta escola, devido à construção das instalações da Escola Técnica de Pelotas (ETP), efetivada por Decreto Presidencial no ano de 1942. Em 1959, a ETP passa a ser uma autarquia federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

Em 1999, ocorre a transformação da ETFPEL para Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 2008, ocorre a transformação do CEFET-RS em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), que possui campus nas cidades de Pelotas, Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Lajeado, Passo Fundo, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Venâncio Aires, bem como dois Campus avançados nas cidades de Jaguarão e Novo Hamburgo.

Brasil e Uruguai dividem aproximadamente 1.000 quilômetros de fronteira e, com exceção do entorno da Lagoa Mirim, que separa as populações de leste e oeste, a linha tende a ser um espaço de constante trânsito. Características comuns, como as feições geográficas em que predominam planícies adequadas à pecuária extensiva e agricultura, especialmente a de arroz, favorecem a integração e o intercâmbio¹.

Santana do Livramento, município onde está localizado um dos câmpus do IFSul, encontra-se a uma distância de 498 km da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS), e a 500 km de Montevidéu (capital do Uruguai). Santana do Livramento possui uma área de 6.941,39 km², sendo o segundo maior município gaúcho em extensão territorial. No censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2010, o referido município apresentou um dos maiores índices de evasão populacional em todo o estado do Rio Grande do Sul (9,18%). Em números absolutos, estima-se que o município tenha perdido mais de 8.000 habitantes desde o censo de 2000, caindo de 90.849 pessoas para 82.464 habitantes, com expectativa de chegar a 77.027 habitantes em 2019, segundo estimativa do IBGE². Em 2009, a cidade foi declarada oficialmente pelo governo brasileiro como a cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do MERCOSUL. No que tange à sua extensão fronteiriça, Livramento registra mais de 100 quilômetros de faixa de fronteira seca com o Uruguai, constituindo, juntamente com a cidade vizinha Rivera (Uruguai), uma conurbação binacional que soma cerca de 150.000 habitantes.

Santana do Livramento passou períodos de grande prosperidade, quando despontavam grandes lanifícios, frigoríficos, organizações sociais e clubes de futebol. Lentamente, a economia foi fenecendo, por múltiplas razões, dentre as quais podem ser citadas: isolamento (distância de outros centros econômicos expressivos), visão centralista (na política, na indústria, no comércio, na organização territorial), opção econômica voltada centralmente para a agropecuária e o comércio, sem ênfase ao desenvolvimento da indústria, o que poderia realizar o papel de "ponte" entre as atividades anteriormente citadas e as que ainda serão apresentadas.

No lado brasileiro, em Santana do Livramento, a economia se volta para a pecuária (bovinos e ovinos) e para a produção de arroz e soja. Nos últimos vinte anos também vem sendo ampliada a produção frutífera, com destaque para a vitivinicultura e olivicultura³. Já no lado uruguaio, Rivera destaca-se comercialmente pelos seus Free Shops e suas reflorestações. Ambas as cidades passam por processos de redirecionamentos econômicos e identitários. Questões relacionadas ao comércio, ao turismo, à energia eólica e à produção

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e Coisas da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

² IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estimativas da população residente com data de referência 10 de julho de 2019*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>> Acesso: 24. Out. 2019.

³ ENGELMANN, D. *Da estância ao parreiral: um estudo de caso sobre a vitivinicultura em Santana do Livramento/RS*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre, 125p, 2009.

de vinhos finos, entre outras, começam a transformar a fronteira, exigindo maior qualificação dos trabalhadores e ampliação tecnológica.

A necessidade de fortalecimento da oferta de educação técnico-profissional nas regiões da fronteira motivou a parceria entre o IFSul e o CETP-UTU (Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay). Tal parceria tem como base legal os seguintes acordos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai:

- 1) Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 12 de junho de 1975;
- 2) Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Uruguaios e Brasileiros, subscrito em 21 de agosto de 2002;
- 3) Acordo para criação de “Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para a Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços”, firmado em 01 de abril de 2005.

Em 2009, em virtude desses acordos, as instituições IFSul e CETP-UTU iniciaram as tratativas para a implantação dos primeiros cursos técnicos binacionais de fronteira, integrando potencialidades das partes, para fortalecer a região através de projetos adequados ao contexto socioeconômico. Em 2010 aprova-se a criação do Campus Avançado Santana do Livramento, localizado em posição estratégica na linha limítrofe entre Brasil e Uruguai.

A partir de 2011, em parceria com a Escola Técnica Superior de Rivera (unidade UTU), os cursos Técnicos de Informática para Internet e Técnico em Controle Ambiental. Nos dois casos, metade das vagas é reservada a alunos brasileiros e os outros 50% para uruguaios. Em 2013, a unidade avançada de ensino passa a ser reconhecida oficialmente como um Campus do IFSul.

O Campus Santana do Livramento está estrategicamente localizado há apenas três quadras do Parque Internacional – área turística dividida por Brasil e Uruguai – que constitui um marco de limites do território dos dois países. Este espaço é símbolo de irmandade, ostentando, lado a lado, uma flâmula verde e amarela e outra azul e branca. As relações políticas, econômicas e culturais entre as duas localidades são intensas e constantes de modo a emprestar ao lugar o título de “Fronteira da Paz”. Dessa forma, a ideia de fronteira aqui vai muito além da abordagem conceitual, geográfica ou política, ampliando-a para a das fronteiras culturais, que “remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos éthos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias”⁴.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (org). Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p.36.

A diversidade cultural que se percebe nesse local remonta a ideia de que “a fronteira não é exclusivamente uma linha divisória, mas é também um lugar de comunicação. Há muito deixou de jogar um papel de barreira separadora para se converter em lugares de passagem e de intercomunicação”⁴.

Os cursos técnicos binacionais oferecidos nos limites de Brasil e Uruguai constituem-se como um projeto piloto do Ministério da Educação (MEC), capitaneado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC). Oferecidos pelas instituições parceiras IFSul e CETP-UTU reúnem culturas, nacionalidades, sujeitos e idiomas diversos, vinculados pela educação. No seu tempo e espaço, a língua tem se mostrado como um traço identitário relevante, mobilizando docentes e estudantes ao exercício da aprendizagem, da escuta e da integração. E diante desse quadro, as práticas pedagógicas são revisitadas e reconfiguradas a fim de contemplar a multiplicidade que se coloca.

Tendo em vista as peculiaridades dessa região, a implantação do Curso Técnico em Informática para Internet, de forma integrada, nesta parceria com a Universidade do Trabalho do Uruguai, fortalece ainda mais esta aliança internacional consolidada, de modo a atender a uma necessidade comum da zona fronteira, tornando mais igualitário o acesso à qualificação profissional e, ao mesmo tempo, possibilitando ainda mais a integração entre os dois países.

O Curso Técnico em Informática para Internet, nível médio técnico, forma integrada, modalidade presencial, compõem o eixo informação e comunicação e possui, além de todos os componentes curriculares exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma sequência de conteúdos técnicos.

O primeiro ano introduz a informática para resolução de problemas com o uso da lógica e algoritmos, servindo como base para todas as disciplinas de programação. Também, aborda conceitos para a construção de sistemas para web.

O segundo ano, traz a resolução de problemas e a construção de algoritmos fazendo uso de linguagem de programação, utilizando-se de técnicas de análise e desenvolvimento de aplicações para web.

Dando sequência, o terceiro ano trata de introduzir os conceitos de interconexão entre redes de computadores e aprofundamento dos conhecimentos de linguagem de programação e comunicação com o banco de dados.

Por fim, no quarto ano, tem-se a abordagem de procedimentos e normas de segurança da informação além de técnicas de desenvolvimento de recursos multimídia. Também, contempla o desenvolvimento de aplicações web, que aborda conteúdos de todos os conhecimentos técnicos.

Considerando os conhecimentos abordados pelo curso, além da formação regular de ensino médio, pretende-se com a formação técnica que o egresso tenha um perfil profissional que contemple o conhecimento das ferramentas e tecnologias utilizadas na construção e

manutenção de aplicações para internet, observando critérios e normas de bem estar e segurança do usuário. O curso também, intenciona através de sua proposta de formação, incentivar o estudo e o desenvolvimento do senso crítico em relação à utilização de recursos da informática e suas tecnologias. O eixo de empreendedorismo, além de fornecer ao estudante ferramentas para se colocar no mundo do trabalho, busca instigar futuros empreendimentos na área de TI.

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

3.2 - Justificativa

A área de Informática vem se mostrando importante no contexto atual, na medida em que, cada vez mais, os sistemas informatizados ocupam espaços de gerenciamento e controle em praticamente todas as dimensões do conhecimento humano. Um dos segmentos da Informática é a Internet, a grande rede mundial, que tornou possível a comunicação de dados, voz e imagem entre computadores dispersos geograficamente. Com esta possibilidade de comunicação e interconexão, a sociedade da informação, faz uso massivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que a Internet disponibiliza.

De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil⁵, o acesso à Internet banda larga nos domicílios brasileiros no ano de 2017 era de 42,1 milhões, o equivalente a 61% do total de residências registradas no Brasil. Estes dados revelam aumento significativo do uso de dispositivos computacionais pela população do país. Já no Uruguai, segundo dados de 2016, da Agencia Central de Inteligência⁶, dos Estados Unidos da América, 66,4% da população uruguaia possui acesso a rede mundial de computadores.

O comércio eletrônico foi apontado como responsável por um faturamento de R\$ 53,2 bilhões de reais no ano de 2018, com crescimento de 11% em comparação ao ano anterior⁷. Corroborando estes dados, uma pesquisa realizada em 2018, indicou que 7 em cada 10 brasileiros realiza compra regular via internet⁸. Em um país onde o número de internautas aumenta a cada ano, o setor *on-line* tem grande potencial para continuar o crescimento apresentado, haja vista a crescente inclusão digital no Brasil e a melhora de outros serviços e produtos vinculados à Internet.

⁵ CGI.BR. Comitê Gestor da Internet do Brasil. Julho/ 2018. Disponível em <<https://cgi.br/noticia/releases/acesso-a-internet-por-banda-larga-volta-a-crescer-nos-domicilios-brasileiros/>>. Acesso: Set. 2019.

⁶ CIA. Agência Central de Inteligência. Ano 2016. Disponível em:< https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_uy.html> Acesso: Set. 2019.

⁷ ESTADÃO. Março/2019. Disponível em:<<https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,receita-do-e-commerce-no-brasil-foi-de-r-53-2-bi-em-2018-diz-ebit,70002767663>>. Acesso: Set. 2019.

⁸ ISTO É. Revista. Abril/2018. Disponível em:< <https://istoe.com.br/compra-regular-na-internet-e-feita-por-quase-7-a-cada-10-brasileiros-diz-pwc/>>. Acesso: Set/2019.

Nesse cenário, a cada dia surgem novas empresas “virtuais” ou instituições já estabelecidas que começam a oferecer seus produtos e serviços pela Internet, ocupando o espaço produzido a partir da grande rede mundial de computadores. Assim, o planejamento do curso aqui proposto partiu do estudo da demanda de mercado, direcionando-se, em especial, ao segmento da Internet e a todo suporte necessário para sua utilização.

Esta gama de empresas e oportunidades exigem mão de obra especializada e apresenta a área de Tecnologia da Informação como o contraponto à crise de desemprego que atingiu o Brasil. Aponta também que haverá uma demanda de 420 mil novos empregos na área entre 2018 e 2024, sendo este, o 7º maior mercado de TICS do mundo, tendo criado 43 mil novos postos de trabalho no ano de 2018⁹.

Um ensino integrado de qualidade, o qual o Instituto Federal Sul-rio-grandense pode oferecer, deverá oportunizar a esses estudantes uma melhora nas condições de trabalho e de vida, na medida em que incentiva o estudo e o desenvolvimento do senso crítico e fornece o conhecimento técnico de qualidade, como uma ferramenta indispensável no mundo do trabalho, dando-lhes mais eficiência e garantias para um futuro digno.

Nesse contexto, o curso proposto procura suprir uma deficiência técnica acusada nesse segmento, formando um profissional com conhecimentos abrangentes, que otimizem recursos de um ambiente computacional dirigido para web. Com finalidade de atender um mercado extremamente aquecido e receptivo, formando profissionais que não só preenchem estas demandas, mas também possam ampliá-la, o IF Sul poderá contribuir para o avanço da região. No que diz respeito à área de influência do curso nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, situadas na fronteira entre Brasil e Uruguai, a implantação deste, apresenta uma função estratégica: promover o desenvolvimento em ambos os países. Trata-se de uma iniciativa pioneira na educação profissional brasileira, proporcionando ao profissional formado uma certificação reconhecida pelos dois sistemas educacionais.

3.3 - Objetivos

O objetivo geral do curso Técnico em Informática para Internet é formar cidadãos críticos e solidários, com formação técnica para atuar no planejamento, análise, desenvolvimento, avaliação e utilização de tecnologias emergentes empregadas em aplicações para a *web*, sítios e portais para Internet e intranets, observando normas de segurança e higiene do trabalho, qualidade, preservação do meio ambiente e assegurando a construção ética, criativa e humanística do cidadão responsável, empreendedor e

⁹ UNIFOA. Portal de notícias. Junho/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/especial-publicitario/unifoa/noticia/2019/06/19/em-meio-a-falta-de-empregos-profissionais-de-ti-vao-contra-os-indices-e-podem-escolher-vagas-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: Set. 2019.

investigador, atendendo desta forma, às demandas do mundo do trabalho na área da Informática e à melhoria das condições de vida da sociedade de forma sustentável.

Na busca do alcance pleno do objetivo geral do curso, delineou-se os seguintes objetivos específicos:

- Formar profissionais que compreendam as demandas tecnológicas na área de informática;
- Capacitar profissionais para o desenvolvimento de projetos para a *web*, os quais envolvem interfaces e aplicativos, comércio eletrônico, acesso a banco de dados, integração de mídias e tecnologias emergentes, tais como computação móvel, redes sem fio e sistemas distribuídos;
- Preparar profissionais capazes de implantar e manter sistemas para Internet, garantindo a segurança destes;
- Fomentar a capacidade de pesquisa, tanto em termos metodológicos quanto criativos.

4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Informática para Internet, forma integrada, os candidatos deverão ter concluído o Ensino Fundamental no Brasil (ou equivalente) ou o 3º ano do Ciclo Básico da Educação Secundária no Uruguai (ou equivalente).

O processo seletivo para ingresso de alunos brasileiros no Curso será regulamentado em edital específico, considerando a característica binacional dos cursos (item 9.1.1).

Para os alunos uruguaios não haverá processo seletivo para ingresso e, no caso de haver maior número de inscritos do que vagas, abrir-se-á um processo de sorteio público, conforme a regulamentação do CETP-UTU. O processo de sorteio público consiste, em primeiro lugar, na divulgação por meio da mídia local e de ligações telefônicas para os inscritos, comunicando o local e o horário do sorteio. Este, é realizado por um advogado contratado ou por um “*escribano*” registrado. O sorteio é realizado em público, na presença dos interessados e da comunidade em geral, nas dependências do CETP-UTU, na cidade de Rivera, Uruguai. Logo após, registra-se todo o processo em ata, com a ordem dos classificados do primeiro ao último, e finaliza-se com as assinaturas da equipe da direção da Escola Técnica Superior de Rivera.

Os alunos estrangeiros, não brasileiros e não uruguaios, residentes no Brasil ou no Uruguai, poderão ingressar no curso seguindo os requisitos exigidos para o processo de ingresso de cada país, ou seja, processo seletivo por meio de edital específico no Brasil e por sorteio público no Uruguai.

5 – REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Série
Regime de Ingresso	Anual
Turno de Oferta	Manhã (ano ímpar) e Tarde (ano par)
Número de vagas	32 vagas (16 vagas reservadas para o Brasil e 16 vagas para o Uruguai)

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	4 anos
Prazo máximo de integralização	8 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias	3.330 h
Carga horária em disciplinas eletivas (<u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso, integrando a CH total mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos)	-
Estágio Profissional Supervisionado (<u>conforme opção</u> do Curso, com carga horária adicionada à CH total mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos)	-
Atividades Complementares (<u>conforme opção</u> do Curso, integrando a CH total mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, não excedendo 20% da CH total mínima do Curso)	-
Trabalho de Conclusão de Curso (<u>conforme opção</u> do Curso, com carga horária adicionada à CH total mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos)	-
Carga horária total mínima do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH atividades complementares)	3.330 h
Carga horária total do Curso	3.330 h

Optativas (<u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso para além da carga horária mínima do Curso)	0 h
--	-----

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do Curso, o estudante receberá o diploma de **Técnico em Informática para Internet** pelo IFSul. No mesmo diploma constará o título de **Técnico Bachiller em Informática para Internet**, pelo CETP-UTU.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

8.1 - Perfil profissional

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o domínio de desenvolvimento de sistemas para *Web*. Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

- Aplicar critérios de ergonomia, usabilidade e acessibilidade;
- Utilizar ferramentas de auxílio no desenvolvimento das aplicações;
- Desenvolver e realizar a manutenção de sites e portais na internet e na intranet;
- Ter consciência da necessidade de estar sempre atualizado quanto aos aspectos tecnológicos, devido às mudanças da sua profissão e do mercado;
- Desenvolver atividades profissionais visando sempre a colaboração na formação de uma sociedade mais justa e democrática;
- Possuir visão sistêmica de sua profissão em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade;
- Trabalhar em equipe e agir com ética e responsabilidade nas atividades profissionais;
- Atuar de forma a melhorar as condições de trabalho dos usuários, preservando o meio ambiente;
- Ser inovador e eficiente na solução dos problemas;
- Promover a reflexão e o pensamento crítico, bem como a autonomia e capacidade empreendedora;
- Valorizar e respeitar as variações linguísticas como marca indenitória dos sujeitos, objeto que possibilita a interação dos indivíduos nas organizações e compreendendo-as na dimensão histórico cultural;

- Demonstrar capacidade de organização, liderança, facilidade e clareza de comunicação, iniciativa na tomada de decisão.

8.1.1 - Competências profissionais

A proposta pedagógica de curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as seguintes competências:

- Desenvolver sistemas informatizados, utilizando-se de linguagens para web, integrando programação, design e banco de dados;
- Desenvolver programas de computador para Internet, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação;
- Utilizar ferramentas de desenvolvimento de sistemas, para construir soluções que auxiliem o processo de criação de interfaces e aplicativos empregados no comércio e marketing eletrônicos;
- Desenvolver e realizar a manutenção de sites e portais na Internet e intranet;
- Implementar, configurar e gerenciar serviços de Internet;
- Utilizar técnicas de programação para dinamizar e enriquecer aplicativos voltados para web, tornando-os interativos e ilustrativos;
- Criar interfaces gráficas para sistemas web;
- Analisar, projetar e desenvolver soluções de software sob o paradigma estruturado e orientado a objetos, garantindo a qualidade de software através da utilização de métricas e estratégias adequadas de testes;
- Empreender negócios na área de Informática.

8.2 - Campo de atuação

O egresso do Curso estará apto a atuar em empresas de desenvolvimento de sites para internet, indústrias em geral e automação industrial, empresas comerciais, de consultoria, telecomunicações, empresas prestadoras de serviços e empresas de desenvolvimento de software. Também, apto para a atuação em centros de pesquisa em qualquer área, Escolas e Universidades, empresas públicas, empresas de jogos para consoles, celulares, tablets e computadores. Agências de publicidade e atividades de desenvolvimento de sistemas.

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 - Princípios metodológicos

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso Técnico em Informática para Internet contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos Técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem: a contextualização, a flexibilidade e interdisciplinaridade, por meio do uso de TICs, atividades de interação entre pares, incluindo monitorias. Também, a compreensão de significados e a integração entre teoria e vivência da prática profissional, envolvendo as dimensões tecnológicas do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas, além de outros princípios destacados na DCN para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio¹⁰ e no Projeto Pedagógico Institucional.

9.1.1 - Princípios Binacionais

Na metodologia de trabalho do curso, busca-se desenvolver estratégias que viabilizem a construção de propostas de cursos com princípios binacionais na região fronteira Brasil-Uruguai, de tal forma que o conjunto de características distintas desse feito educativo forneça uma experiência própria e diferente de outras experiências.

A seguir, alguns dos princípios metodológicos binacionais criados a partir das peculiaridades da referida região fronteira e das necessidades das instituições parceiras:

- Definição de políticas, de áreas educacionais e laborais estratégicas de integração de forma conjunta;
- Levantamento das demandas do setor laboral em ambos os lados da fronteira, visando o desenvolvimento de um diagnóstico acerca do espaço

¹⁰ CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

transfronteiriço por meio de consulta aos setores público e produtivo, assim como à comunidade da fronteira;

- Definição dos perfis dos egressos que atendam às demandas dos dois lados da fronteira, cargas horárias mínimas e demais exigências de formação em consonância aos catálogos de cada sistema educacional;
- Consonância às tabelas educacionais de equivalência de níveis de ensino em ambos os países, tanto para ingresso quanto para conclusão dos cursos;
- Conferência dos conteúdos programáticos de modo que contemplem as bases científicas e tecnológicas exigidas em cada nacionalidade;
- Construção conjunta dos projetos pedagógicos, os quais devem ser aprovados em ambas as instituições, comparando e discutindo metodologias de ensino e de avaliação;
- Alterações dos projetos pedagógicos dos cursos deverão ser informados às instituições parceiras, negociando a forma de trabalho conjunto caso a caso;
- Alterações da oferta educativa serão informadas previamente às instituições conveniadas;
- As inscrições poderão ser realizadas em qualquer uma das instituições parceiras, independentemente da nacionalidade dos candidatos, seguindo expressamente as regras das referidas instituições;
- A seleção de candidatos de sua nacionalidade é realizada por cada instituição, respeitando os modelos já existentes e comumente empregados, tais como provas classificatórias (Brasil) ou sorteio (Uruguai);
- Equivalência de vagas para cada nacionalidade;
- Promoção de metodologias de ensino que privilegiem o diálogo e a socialização de experiências, de conhecimentos e de aspectos culturais;
- Equivalência da oferta educativa binacional, na qual cada instituição procura ofertar um número equânime de cursos ou vagas, buscando ampliar o leque de opções na região de fronteira;
- Cada instituição terá um responsável nas reitorias e outro responsável no campus para encaminhamento das demandas binacionais;
- Possibilidade de utilização dos idiomas português e espanhol em qualquer atividade de ensino, pesquisa e extensão, respeitando as línguas maternas dos docentes e discentes nas atividades do curso;
- Consideração de aspectos e normativas brasileiras e uruguaias nos planos de ensino de todas as disciplinas e na dinâmica cotidiana de sala de aula;
- Estímulo à realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os dois lados da fronteira;

- Planejamento de visitas técnicas, conforme possibilidades e disponibilidades do setor produtivo bilateral;
- Estímulo e promoção de oportunidades de estágio em ambos os lados da fronteira;
- Emissão de diploma registrados em ambas as instituições, sem necessidade de revalidação, seguindo as legislações e os regramentos nacionais, e atendendo o anexo ao convênio interinstitucional e/ou atas de entendimento;
- Garantia dos direitos a todos os alunos destes cursos, enquanto discentes, em ambos os países;
- Todos discentes regularmente registrados em ambas instituições poderão concorrer a benefícios de assistência estudantil e bolsas nas instituições participantes, não podendo ser onerado em nenhuma situação por qualquer tipo de benefício, devido ao princípio de reciprocidade.

9.2 - Prática profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao trabalho o status de principal princípio educativo, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em Informática para Internet assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Técnico em Informática para Internet traduz-se curricularmente por meio do desenvolvimento de

atividades como, estudos de caso, visitas técnicas a empresas ligadas à tecnologia da informação, participação em eventos da área de informática nacionais e internacionais, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe e projetos. O curso busca estimular, através de disciplinas específicas, características empreendedoras e de liderança nos estudantes. Também, contempla as atividades de prática profissional simulada, desenvolvida na própria Instituição de Ensino, com o apoio de diferentes recursos tecnológicos, em laboratórios, que integra a carga horária do curso na respectiva área profissional.

9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

Considerando a natureza tecnológica e o perfil profissional projetado, o Curso Técnico em Informática para Internet não oferta Estágio Profissional Supervisionado, assegurando, no entanto, a prática profissional intrínseca ao currículo desenvolvida nos ambientes de aprendizagem.

9.2.2 - Estágio não obrigatório

No Curso Técnico em Informática para Internet prevê-se a oferta de estágio não obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

9.3 - Atividades Complementares

O Curso Técnico em Informática para Internet não prevê atividades complementares.

9.4 - Trabalho de Conclusão de Curso

O Curso Técnico em Informática para internet não prevê a realização de Trabalho de Conclusão de Curso.

9.5 - Matriz curricular

Em anexo

9.6 - Matriz de disciplinas eletivas

O Curso Técnico em Informática para Internet não oferta disciplinas eletivas.

9.7 - Matriz de disciplinas optativas

O Curso Técnico em Informática para Internet não oferta disciplinas optativas.

9.8 - Matriz de pré-requisitos

O Curso Técnico em Informática para Internet não possui pré-requisitos em sua matriz curricular.

9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes

Em anexo.

9.10 - Matriz de componentes curriculares a distância

O Curso Técnico em Informática para Internet não possui componentes curriculares a distância.

9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Em anexo.

9.12 - Flexibilidade curricular

O Curso Técnico em Informática para Internet implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em programas de extensão, participação em eventos, visitas técnicas, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, monitorias, dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

A flexibilidade curricular do Curso Técnico em Informática para Internet pode ser observada por meio dos seguintes aspectos:

- Participação em projetos de monitoria, ensino, pesquisa e extensão, sob orientação de docentes do curso;
- Componentes curriculares teóricos/práticos, os quais serão planejados no sentido de proporcionar aos estudantes oportunidades de realizarem práticas profissionais na área de formação ao longo do curso;
- Aproveitamento de disciplinas conforme Organização Didática apresentada.

9.13 - Política de formação integral do estudante

Partindo do pressuposto de que a educação é um processo integral, compreende-se que ela deva aliar formação técnica e humana, potencializando a atuação ética e cidadã na vida e no mundo do trabalho. Assim, o currículo e as práticas pedagógicas do curso traduzem essa intenção, de forma que as diferentes disciplinas propiciem o entendimento de princípios éticos, ambientais, étnicos e culturais, observando os preceitos legais e infralegais.

O foco na formação integral do estudante busca também o desenvolvimento de habilidades que aproximem a sala de aula do universo profissional e social.

Eis os princípios balizadores da formação integral do aluno:

Ética;

Raciocínio lógico;

Redação de documentos técnicos;

Atenção às normas técnicas de segurança;

Capacidade de trabalhar em equipe, com iniciativa, criatividade e sociabilidade;

Estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora;

Integração com o mundo do trabalho;

Conhecimento da história afro-brasileira e indígena;

Educação em direitos humanos;

Educação alimentar e nutricional;

Educação para o trânsito e;
Consciência ambiental.

Todos os itens elencados acima terão tratamento transversal e de forma integrada no âmbito dos componentes curriculares que compõem todo o currículo.

Baseada nessas concepções, a proposta do processo educativo do curso Técnico em Informática para Internet, visa também acompanhar e promover o desenvolvimento de habilidades como aprender a aprender, aprender a realizar. Busca-se, além disso, o aprimoramento das qualidades pessoais de cada educando, fomentando suas potencialidades intelectuais, afetivas e psicossociais. Todos esses intentos envolvem a capacidade de planejar, analisar, tomar decisões e defender ideias.

Considerando a diversidade na área de informática e suas tecnologias, que transpassam o curso, são priorizadas práticas que estimulem pedagógica e socialmente cada aluno, como trabalhos em grupos e visitas técnicas, a fim de desenvolver e aprimorar as competências necessárias para o desenvolvimento das atividades profissionais e pessoais do aluno.

9.14 - Políticas de apoio ao estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas através dos seguintes programas e projetos:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Apoio pedagógico, psicológico e social aos estudantes através dos trabalhos de setor de apoio educacional, assistente social e psicóloga;
- Aulas de reforço por meio de atendimento individualizado e em grupo;

- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionados ao curso Técnico em Informática para Internet;
- Programa de Monitoria relacionado ao curso Técnico em Informática para Internet;
- Projetos de apoio à participação em eventos, observando o cronograma dos principais eventos da área;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;
- Visitas Técnicas.

9.15 - Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

O curso trabalha o ensino técnico em conjunto com a formação humanística e integral do aluno, considerando princípios binacionais, em cada plano de ensino, a metodologia específica para atender o público fronteiriço. Além disso, é estimulada a tríade indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão, através de editais, com e sem fomento, para a realização de projetos nas três áreas durante todo o tempo de formação. Essa indissociabilidade se dará especialmente através da:

- a) relação ensino/extensão: na qual o saber acadêmico alcança a comunidade externa, trazendo como retorno ao instituto o conhecimento reelaborado e enriquecido;
- b) relação pesquisa/extensão: na qual ocorre a produção do conhecimento capaz de contribuir para alterar as relações sociais de forma significativa;
- c) relação pesquisa/ensino: a qual torna as práticas acadêmicas mais tangíveis, aproximando os saberes da realidade, através da incorporação do método científico, transformando o estudante em pesquisador.

Essas relações irão integrar-se à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos desse processo, de forma que o ensino, a pesquisa e a extensão se transformem num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

9.16 Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Técnico em Informática para Internet considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso Técnico em Informática para Internet, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com

o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Em consonância com o que dispõe o Art. 41 da LDB 9.394/96 e os Art. 35 e 36 da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática do IFSul, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques

curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no presente Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca será constituída pela Coordenação do Curso Técnico em Informática para Internet e composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área de informática e profissionais indicados pela Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca terá o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso Técnico em Informática para Internet.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar um memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área de informática, indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação,

visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Técnico em Informática para Internet, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como trabalhos individuais ou em grupos, desenvolvimento de projetos, seminários, participação em fóruns de discussão, provas e outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

As atividades avaliativas são planejadas e implementadas buscando analisar o desempenho do aluno de maneira contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A sistematização do processo avaliativo segue o que consta no Art.117, capítulo XIX da Organização Didática (OD) do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional, conforme descrito no quadro a seguir.

Sistema de Registro da Avaliação	
Nota	0 a 10
Nº de etapas	3
Intervalos	0,1
Arredondamento	para valor superior respeitando o intervalo de 0,1

No processo de avaliação não é admitida a utilização de média entre as diferentes etapas do processo avaliativo e, considera-se aprovado o estudante que, em relação à nota, obtiver nota de 6,0 (seis) a 10 (dez).

Com base no processo de avaliação do curso, os docentes podem propor diversificados tipos de instrumentos avaliativos, teóricos e práticos, conceituais e atitudinais, para que, com o método adequado, possam identificar o crescimento e as eventuais dificuldades do aluno ao longo do período letivo. Também, avaliar aspectos humanos e sociais aliados aos conhecimentos técnicos trabalhados, sempre em busca do despertar da criticidade, autonomia e a emancipação social.

11.2 - Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo colegiado ou pela coordenação de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática auto avaliativa capitaneada pelo Colegiado ou pela Coordenação, o Curso Técnico em Informática para Internet levanta dados sobre a realidade curricular por meio de reuniões com as partes interessadas no processo, professores, estudantes e seus responsáveis, por registros dos conselhos de classe, por contatos com outras instituições de ensino e também com empresas atuantes na área.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Comitê Pedagógico Binacional: IFSul e CETP-UTU, responsável pela proposta de projeto Pedagógico de Curso ao Comitê Gestor Binacional (IFSul e CETP-UTU);
- Comitê Gestor Binacional: IFSul e CETP-UTU, responsável por aprovar a proposta de curso e seu respectivo Projeto Pedagógico encaminhando às instâncias competentes em cada instituição, podendo utilizar-se de fluxos flexíveis devido ao convênio estabelecido entre ambas.
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

Quanto à Coordenação de Curso, esta será escolhida por meio de votação entre os professores do curso Técnico em Informática para Internet. Caso haja candidato (a) único(a), este(a) será conduzido à coordenação por aclamação.

A composição, competências e atribuições da Coordenação de Curso encontram-se descritas na Organização Didática e no Regimento Interno do Câmpus.

13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Apresenta-se a seguir a equipe de docentes e técnicos-administrativos que atuam e auxiliam, respectivamente, no curso Técnico em Informática para Internet, forma integrada.

13.1 - Pessoal Docente e supervisão pedagógica

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Adriane Rodrigues Corrêa	Artes	Bacharel em Gravura pela UFPel. Formação Pedagógica equivalente a Licenciatura pelo Centro Universitário Claretiano São Paulo. Especialização em Arte Terapia – Artes pela ISEPE.	DE
Alexandre Garcia Amaral	Geografia I e II	Licenciatura Plena Geografia pela UFPel. Especialização em Geografia do Brasil pela UFPel.	DE
Alfredo Parteli Gomes	Lógica de Programação	Bacharel em Informática pela URCAMP-RS. Especialização em Sistemas de Informação para Web pela UFSM.	DE
Carolina Vergara Rodrigues	Sociologia I, II, III e IV	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela UFPEL. Mestrado em Ciências Sociais pela UFPEL.	DE
Circi Nayar Oliveira Lourenço	Língua Portuguesa e Espanhola e Literaturas IV	Licenciatura em Letras Português-Espanhol pela UFGRS. Mestrado em Linguística Aplicada pela UCPEL.	DE
Eliézer dos Santos Oliveira	Filosofia I, II, III e IV	Bacharel e Licenciatura em Filosofia pela UCPel. Especialização em Educação Docência Superior pela UCPel. Mestrado Profissional Educação e Tecnologia pelo IFSul.	DE
Everton da Silva Felix	Design de Projetos de Sites. Recursos Multimídia.	Tecnólogo em Sistemas para a Internet/IFSUL. Especialização em Tecnologia e Educação à Distância/UNICID. Mestrado em Engenharia da Computação/FURG.	DE
Fabiana Soares da Silva	Língua Portuguesa e Espanhola e Literaturas III.	Licenciatura em Letras, Português, Espanhol e suas respectivas literaturas pela UNIPAMPA. Especialização em Leitura e Escrita pela UNIPAMPA. Mestrado em Letras pela UCPEL.	DE
Gilberto Zolotorevsky Alves Junior	Língua Inglesa I, II e III.	Licenciatura em Letras Português-Inglês e Respectivas Literaturas pela UFSM. Mestrado em Letras e Literatura pela UFSM.	DE
Greice Tabarelli	Química I e II.	Licenciatura plena em Química pela UFSM. Mestrado em Química Orgânica pela UFSC. Doutorado em Química Orgânica pela UFSM.	DE

José Lúcio da Silva Machado	História I e II.	Licenciatura em História pela UNIPAR. Especialização em Metodologia do Ensino de História pela UNIPAR. Mestrado em História pela UPF.	DE
Leonardo Minelli	Construção de Páginas Web I e II.	Bacharel em Informática - Sistemas de Informação pela UFSM. Mestrado em Ciência da Computação pela UFSM.	DE
Lucélia Langone Vieira	Linguagem de Programação para Web I e II.	Tecnóloga em Sistemas para Internet pelo IFSul. Especialização em Educação à Distância pela UNOPAR.	Substituto
Marcela Quintana Langone	Física I, II e III.	Licenciatura em Física pela UFPel. Mestrado em Física pela UFRN.	DE
Miguel Angelo Pereira Dinis	Análise e Projeto de Sites.	Bacharel em Informática pela URCAMP. Especialização em Tecnologias em Ensino a Distância pela UNICID.	DE
Paulo Gutierrez Jassin	Educação Física I, II e III.	Licenciatura Plena em Educação Física pela UFPel. Especialização em Educação Física Escolar pela Faculdade Sogipa.	DE
Rebeca Einhardt Fiss	Introdução à Informática. Segurança da Informação.	Bacharel em Ciência da Computação pela UFPEL. Especialização em Tecnologia e Educação à Distância pela UNICID.	DE
Ricardo Meira Radaelli	Redes de Computadores. Desenvolvimento de Aplicações Web.	Ciência da Computação pela Universidade de Cruz Alta. Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede pela UFSM.	DE
Roseclair Lacerda Barroso	Gestão e Empreendedorismo.	Bacharel em Administração pela URCAMP. Especialização em Gestão de Pessoas pela Portal Faculdades. Especialização em Gestão Empresarial pela FGV. Mestrado em Administração pela UNIPAMPA.	DE
Silvia Romeu Pitrez	Biologia I e II.	Licenciatura em Ciências – habilitação em Biologia pela FURG. Mestrado em Biologia Vegetal pela UFPEL. Doutorado em Agronomia - Ecologia Vegetal e Citogenética pela UFPB.	DE
Silvio Normey Gomez	Banco de Dados I e II.	Graduação/Bacharelado em Sistemas de Informação pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática – SPEI. Mestrado em Ciências da Computação pela PUCRS.	DE

Vanessa Mattoso Cardoso	Matemática I e II.	Licenciatura em Matemática/UFPEL. Especialização em Matemática e Linguagem/UFPEL.	DE
Vera Lúcia Salim da Fonseca	Matemática III e IV.	Licenciatura em Matemática/USP. Especialização em Matemática/URCAMP. Mestrado em Matemática/UFRGS.	DE
Vivian Cross Turnes	Língua Portuguesa e Espanhola e Literaturas I e II.	Licenciatura Letras Português-Espanhol/URCAMP. Especialização em Gestão Escolar/UCB. Mestrado em Educação/UNIPAMPA.	DE

13.2 - Pessoal técnico-administrativo

Nome	Titulação/Universidade
Aline Schmidt San Martin (Administrador)	Bacharel em Administração pela UNIPAMPA Mestrado em Administração pela FURG
Ana Paula Vaz Albano (Assistente em Administração)	Bacharel em Ciências Contábeis pela URCAMP. Especialização em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pela UNINTER.
Bruno Ernesto Techera da Motta (Tec. de Tecnologia da Informação)	Bacharel em Sistemas de Informação pela URCAMP. Especialização em Gestão e Governança em TI pelo SENAC.
Cacildo dos Santos Machado (Assistente em Administração)	Bacharel em Relações Internacionais pela UNIPAMPA. Especialização em Gestão Pública pela Faculdade da Lapa.
Caroline Bassan Brondani (Assistente em Administração)	Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSM.
Daniela Pires Seré (Assistente em Administração)	Bacharel em Administração pela URCAMP. Bacharel em Direito pela URCAMP.
Felipe Leindecker Montebianco (Técnico em assuntos educacionais)	Licenciatura em Geografia pela UFSM. Especialização em Gestão Ambiental pela UNIFRA. Mestrado em Geografia pela UFRGS.
Graciele Melo Dorneles (Assistente Social)	Bacharel em Serviço Social pela UNIPAMPA.

	Especialização em Gestão Social, Política Pública, Rede e Defesa de Direitos pela UNOPAR.
Lisandra Saldanha de Abreu Gonçalves (Assistente de aluno)	Graduação em Agronomia pela UFSM. Especialização em Educação Ambiental pela UFSM. Mestrado em Extensão Rural pela UFSM.
Luis Felipe Costa Cunha (Assistente em Administração)	Bacharel em Administração pela UNIP.
Madelaine de Oliveira Machado da Silva (Assistente de aluno)	Licenciatura em Ciências - Habilitação Biologia pela URCAMP. Especialização em Gestão e Organização de Escola pela UNOPAR.
Marcelo Simborski Dorneles (Assistente em Administração)	Licenciatura em História pela Universidade Regional do Alto Uruguai e da Campanha - URI Santiago
Martha Ferverza Ribeiro (Psicóloga-área)	Bacharel em Psicologia pela URCAMP. Especialização em Neuroaprendizagem pela Universidade Norte do Paraná.
Mauren Corrêa dos Santos (Contadora)	Bacharel em Ciências Contábeis pela URCAMP. Especialização em Gestão Pública pela UNIPAMPA. Especialização em Contabilidade Aplicada ao Setor Público pela FADERGS.
Patrícia Soares Khairallah (Pedagoga-área)	Licenciatura em Pedagogia pela Ulbra. Especialização em Espaços e Possibilidades na Educação Continuada do Professor pelo IFSul.
Pedro Eula Marques (Auxiliar de Biblioteca)	Ensino Médio Completo.
Rodrigo de Oliveira Estela (Analista de Tecnologia da Informação)	Bacharel em Informática pela URCAMP. Especialização em Recursos Humanos e Marketing pela URCAMP. Especialização em Docência para Educação Profissional pelo SENAC.
Rafael Diaz Remedi (Assistente em Administração)	Bacharel em Engenharia Bioquímica pela FURG. Mestre em Engenharia e Ciências de Alimentos pela FURG.
Tiago Brum Ilarraz (Auxiliar de biblioteca)	Bacharel em Direito pela URCAMP.

Valquíria Neves Soares (Assistente em Administração)	Licenciatura em Matemática pela URCAMP. Especialização em Gestão Educacional pela UAB. Especialização em Mídias na Educação pela UFSM.
Vaninne Pereira Fajardo (Assistente de aluno)	Bacharel em Enfermagem pela URCAMP.
Victor Vinicius Silveira Esteve (Tecnólogo-formação)	Tecnólogo em Gestão Pública pela UNIPAMPA.
Walter Marçal Paim Leães Junior (Tecnólogo-formação)	Tecnólogo em Gestão Pública pela UNIPAMPA. Gestão Pública pela UNOPAR. Mestrado em Administração pela UNIPAMPA.
William de Oliveira Dalosto	Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva pela UNINTER.

14 – INFRAESTRUTURA

O Campus Santana do Livramento possui a seguinte infraestrutura para o Curso Técnico Informática para Internet:

14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Identificação	Área (m ²)
Laboratório de Informática (Lab 1 - sala 306)	55,71 m ²
Laboratório de Informática (Lab 2 - sala 305)	55,27 m ²
Laboratório de Informática (Lab 4 - 303)	58,86 m ²
Laboratório de Informática (Lab 9 - 406)	72,71 m ²
Sala de aula para 40 alunos (sala 304)	55,81 m ²
Sala de aula para 40 alunos (sala 307)	53,78 m ²
Sala de aula para 20 alunos (sala 308)	41,27 m ²
Sala de aula para 20 alunos (sala 309)	40,02 m ²
Sala de aula para 30 alunos (sala - 421)	45,97 m ²
Sala da Coordenação	16,85 m ²
Sala de Reuniões	24,15 m ²
Biblioteca	93,86 m ²
Salas de atendimento/monitorias	23,73 m ²
Sala dos professores	59,22 m ²
Sala dos professores – Reuniões	38,55 m ²
Auditório - 135 lugares (Sala 402)	145,14 m ²
TOTAL	880,90 m²

Laboratório de Informática Lab 1

Equipamentos: 33 (trinta e três) microcomputadores.

Destaques: Equipado com projetor multimídia, quadro branco, cadeiras giratórias estofadas, ar condicionado, internet via rede e acesso Wi-Fi.

Laboratório de Informática Lab 2

Equipamentos: 33 (trinta e três) microcomputadores.

Destaques: Equipado com projetor multimídia, quadro branco, cadeiras giratórias estofadas, ar condicionado, internet via rede e acesso Wi-Fi.

Laboratório de Informática Lab 4

Equipamentos: 18 (dezoito) microcomputadores.

Destaques: Equipado com projetor multimídia, quadro branco, cadeiras giratórias estofadas, ar condicionado, internet via rede e acesso Wi-Fi.

Laboratório de Informática Lab 9

Equipamentos: 21 (vinte e um) microcomputadores avançados.

Destaques: Equipado com projetor multimídia, quadro branco, cadeiras giratórias estofadas, bancadas de estudos, ar condicionado, internet via rede e acesso Wi-Fi.

Os estudantes pertencentes ao Curso, tem acesso via internet, em tempo integral, em todas as dependências do Câmpus. Sendo assim, o acesso a vídeos didáticos e outros relacionados à área de tecnologia da informação, inerentes a conteúdos relevantes para o aprendizado, são orientados pelos docentes das disciplinas e podem ser acessados a partir de redes sociais e através de links e vídeo aulas disponibilizados nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) institucional. Assim, por se tratar de uma área de conhecimento em constante atualização, se garante conteúdos atualizados, o que contempla plenamente o papel de videoteca.

14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade

Todas as edificações do Campus Santana do Livramento possuem em sua infraestrutura condições de acessibilidade e atendimento para alunos com deficiência, observando os requisitos da legislação vigente:

- Elevador com acesso a todos os pavimentos;
- Rampas de acesso na entrada principal do prédio e nos principais ambientes de ensino;
- Rampa de acesso à área de convivência dos alunos para cantina;
- No pavimento superior, acesso pelo elevador aos setores administrativos do campus, auditório e demais dependências;
- Banheiros com acessibilidade e sanitários adaptados, sendo 01 (um) feminino e 01 (um) masculino em cada pavimento;
- Classes adaptadas para alunos cadeirantes nas salas de aula;
- O campus conta com equipamentos para cadeirantes.

14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso

Laboratório de Informática (Lab 1 - sala 306)

Quant	Descrição
32	Microcomputador baseado em processador de no mínimo núcleo duplo com clock real de no mínimo 2,93 GHz com memória cache l2 ou l3 de 03 MBytes, operando a 1066 MHz, memória ddr3 4096 MBytes com barramento de 1066 MHz, disco rígido Sata ii 3,0 GBit.

1	Microcomputador tipo desktop, com sistema operacional Windows XPprofessional pré-instalado, processador de núcleo duplo clock não inferior a 2.8 GHz, Fhz mínimo de 1066 MHz e l2 cache mínimo de 4 Mb, disco rígido de no mínimo 160 Gb, memória Ram de 2 Gb, monitor 17 polegadas. Marca: Dell.
1	Projeto Multímídia

Laboratório de Informática (Lab 2 - sala 305)

Quant	Descrição
32	Microcomputador baseado em processador de no mínimo núcleo duplo com clock real de no mínimo 2,93 GHz com memória cache l2 ou l3 de 03 MBytes, operando a 1066 MHz, memória ddr3 4096 MBytes com barramento de 1066 MHz, disco rígido Sata ii 3,0 GBit.
1	Microcomputador tipo desktop, com sistema operacional Windows XPprofessional pré-instalado, processador de núcleo duplo clock não inferior a 2.8 GHz, Fhz mínimo de 1066 MHz e l2 cache mínimo de 4 Mb, disco rígido de no mínimo 160 Gb memória Ram de 2 Gb, monitor 17 polegadas. Marca: Dell.
1	Projeto Multímídia

Laboratório de Informática (Lab 4 - sala 303)

Quant	Descrição
18	Microcomputadores Dual Core, 2,93 GHz, 4GB de Ram, HD de 250GB, DVD-RW, monitor LCD19".
1	Projeto Multímídia

Laboratório de Informática (Lab 9 - sala 406)

Quant	Descrição
21	Microcomputador avançado - processador de no mínimo quatro núcleos com desempenho mínimo de 7000 pontos no performance test 7 da passmark software. Deverá suportar barramento de memória ddr3 1600mhz, suportar tecnologia de virtualização e deve suportar interfaces de comunicação: no mínimo 6 (seis) portas Usb 2.0 e 4 (quatro) portas Usb 3.0. Possui no mínimo 1 (um) slot PCI, 1 (um) slot PCI express x1 e 1 slot PCI express x16 geração 2.0.
1	Projeto Multímídia